
PLANO DE GESTÃO - 2024/2028

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE *CAMPUS* BOM JESUS DO ITABAPOANA

**CANDIDATA À DIREÇÃO GERAL
PROF^a. THAIS ROMANO DE VASCONCELOS E ALMEIDA**

Bom Jesus do Itabapoana/RJ

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei n. 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visam responder às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, de suporte aos arranjos produtivos e culturais locais, assumindo compromisso com o desenvolvimento regional sustentável e com a inclusão social (BRASIL, 2008).

A presença do Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, na região noroeste fluminense, fundamenta-se no protagonismo dos indivíduos dessa comunidade diversa no município de Bom Jesus do Itabapoana e municípios vizinhos e próximos a ele na região noroeste do Estado do Rio de Janeiro, no sudeste de Minas Gerais e no sul do Espírito Santo. A missão institucional deve permear, então, com o propósito de promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

A gestão se configura como um processo de analisar e implantar decisões, visando atingir os objetivos organizacionais a partir da utilização de recursos. No âmbito escolar, face aos desafios do contexto atual, considera-se de fundamental importância construir canais de participação dos segmentos da comunidade acadêmica, fazendo-se necessário adotar estratégias de planejamento para uma gestão compartilhada. Compartilhar com a equipe de servidores, estudantes e a comunidade os sonhos, as dificuldades, as esperanças e os anseios surgidos na busca de mudança é fundamental para construir uma nova realidade. Dessa forma, a participação é condição básica para a gestão democrática. Uma não é possível sem a outra. É desse modo que a gestão democrática é concebida como projeto coletivo (SEDUC, 2012, p. 7).

Entendendo que a educação é um processo dinâmico que envolve profundamente todos os seres humanos, o gestor educacional deve ser o elo mais forte desta corrente. Sendo assim, entende-se que será pela integração de todas as pessoas preocupadas com a importância do papel do *campus* na vida do sujeito que o caminho poderá ser trilhado.

Desse modo, consolidar a missão institucional de forma compartilhada e participativa é a essência desta proposta de trabalho para a gestão do *Campus* Bom Jesus, pautado pelos seguintes princípios orientadores:

- 1. Gestão Dialógica, Democrática e Participativa;*
- 2. Gestão Transparente Orientada ao Planejamento Estratégico e Sustentabilidade;*
- 3. Fortalecimento da Política de Assistência Estudantil;*
- 4. Potencialização do Ensino Básico, Profissional e Superior;*

5. *Potencialização da inserção no Território e no Mundo do Trabalho;*
6. *Potencialização da Pesquisa, Inovação, Internacionalização e Empreendedorismo;*
7. *Valorização das pessoas no ambiente de trabalho.*

Assim, por constituir-se num espaço de referência e, a partir do reconhecimento do relevante capital humano e social exercido pelo *campus*, o presente plano de trabalho ressalta o compromisso sério de canalizar forças para o desenvolvimento de uma educação básica, profissional e tecnológica que, sobretudo, signifique estabelecer uma relação de diálogo constante entre *campus*-família-comunidade, a fim de uma articulação de interesses em prol do eixo ensino-pesquisa-extensão-inovação, voltado cada vez mais à realidade local, na busca da qualificação da instituição, na construção de vínculos sociais, bem como na perspectiva do educando egresso como agente importante para o desenvolvimento local.

APRESENTAÇÃO DA CANDIDATA

Thais Romano de Vasconcelos e Almeida, nasceu em 01 de fevereiro de 1980, na cidade de São Paulo/SP. Filha de Márcio, Técnico em Eletrônica, e Deborah, Professora alfabetizadora.

Formou-se em Zootecnia, em 2002, pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, onde também concluiu o Mestrado em Zootecnia, em 2005, e o Doutorado em Zootecnia, em 2008, na área de concentração de Produção Animal. Mais recentemente, concluiu a Licenciatura em Biologia - Formação pedagógica para não licenciados, pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, em 2019.

Iniciou sua carreira na docência no Instituto Federal Fluminense, *campus* Bom Jesus do Itabapoana, em 2010, onde ministra aulas de Zootecnia e Agroindústria para o curso Técnico em Agropecuária, tendo colaborado com a disciplina Tecnologia de Carnes e derivados no Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos (CTA).

Após seu ingresso no IFF, coordenou projetos de pesquisa, orientou alunos do Curso em Ciência e Tecnologia de Alimentos em seus trabalhos de conclusão de curso (TCCs), e bolsistas de Iniciação Científica.

Atuou na coordenação de alguns projetos de extensão, destacando-se dois projetos aprovados em editais externos, com fomento: Programa de formação de agricultores familiares para inclusão produtiva nos mercados institucionais (PROEXT); e Ampliação do nível de escolaridade no Ensino Fundamental – anos iniciais – na educação de jovens e adultos (EJA) em assentamentos da Reforma agrária e comunidades rurais do norte/noroeste RJ (PRONERA).

Coordenou os seguintes cursos de Formação inicial e continuada: Curso de Formação inicial e continuada em Educação do Campo: Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais; Curso de Formação Continuada “Colecionando vivências e compartilhando sabores – Universidade aberta da terceira idade; Curso de Formação Continuada em Boas práticas de bem-estar na produção animal.

Em treze anos como servidora pública, exerceu os seguintes cargos de Gestão e Representação: Diretora de Pesquisa e Extensão do *campus* Bom Jesus do Itabapoana (2013-2016); Representante da Câmara de Extensão no CENPE (2013-2016); Membro da Comissão de ética no uso de animais do IFF (2016- Atual); Membro da Comissão de ética profissional do IFF (2018-2023); Membro do Núcleo Docente Estruturante do Colegiado de agropecuária (2022-Atual); e Coordenadora Institucional do Programa Mulheres Mil do IFF (2010 a 2012; e Atual).

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Este plano se institui com base em princípios e objetivos explícitos, tendo sempre em seu horizonte o alicerce da gestão democrática e transparente. É pertinente destacar o conceito de **ensino integrado**, proposto por Demerval Saviani (2006), para subsidiar a construção coletiva desses princípios e objetivos. Para o professor, o papel fundamental da escola de nível médio integrado ao técnico é "recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho" (p. 14), efetivando a articulação entre determinada habilidade e o processo produtivo.

A proposta de ensino médio integrado se fundamenta nessa concepção e articula-se à cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas. Uma **escola cidadã**, como afirma Paulo Freire (2018), é aquela escola que se assume como um centro de direitos e deveres, espaços esses que oferecem igualmente contribuições e provoca debates e mais deslocamentos, a escola como um lugar de fabricação de prática cidadã, coerente com o discurso formador e libertador.

Na perspectiva de um projeto educacional, torna-se pertinente refletir acerca das condições culturais atuais e, inclusive, reconhecer a história de que somos feitos, questionando e manejando as categorias fundacionais de identidade e de sujeito. Para tanto, é essencial reconhecer o município, o bairro, a comunidade, o assentamento, a comunidade indígena e quilombola, ou seja, o local em que estamos situados, como um **território**, um espaço historicizado, no qual as pessoas moram, estabelecem trocas materiais, econômicas e culturais entre si, com seu entorno e com os demais espaços da cidade e do campo.

A identidade bonjesuense se constrói numa confluência de origens e culturas, por um lado, e numa afluência do rio Itabapoana, por outro. Essa “correnteza de água”, significado do topônimo “Itabapoana”, derivado do tupi, nasce na Serra do Caparaó, em Minas Gerais, e deságua já no mar fluminense, em São Francisco do Itabapoana, atravessando toda a extensão de Bom Jesus. É o segundo maior em extensão do estado do Rio de Janeiro e referencial físico-geográfico que sustenta muitas atividades socioeconômicas da região (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015). Dos indígenas Coroados e Puris, a terra agreste de Bom Jesus sofreu modificações intensas durante o processo de colonização e plantio do café. Compreendendo o território também como um lugar de produção de cultura, de estabelecimento de relações solidárias e cooperativas, de trocas comerciais, ou seja, um local de potencialidades individuais e coletivas, torna-se imprescindível olhar esse território e os que nele vivem como sujeitos de direitos e de saberes que podem ser potencializados, portanto, como agentes de transformação das suas realidades e da sociedade.

Na continuidade da formação educacional, este plano também abraça o **ensino superior**, entendendo que ele desempenha um papel vital na sociedade contemporânea, servindo como um

catalisador para o desenvolvimento social e econômico, não somente por meio do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável, mas também por meio do **empreendedorismo inovador**. Com o intuito de fomentar o espírito científico, bem como estimular o pensamento crítico e reflexivo, este plano também não se preocupa apenas com a formação de indivíduos para o mundo do trabalho, tendo a **pesquisa** como princípio pedagógico e o **trabalho** como princípio educativo, mas também com a promoção da formação contínua.

Por isso, o compromisso com a difusão de conhecimentos culturais, científicos e técnicos reflete o compromisso deste plano com a **extensão** e a **curricularização da extensão**, a fim de conservar, ampliar e partilhar o patrimônio intelectual presente na instituição e no território. Para tanto, na perspectiva de uma política de **extensionista**, este plano se pauta no entendimento dos problemas atuais, tanto locais quanto regionais, promovendo o intercâmbio de saberes, experiências e vivências que beneficiem tanto a instituição quanto a comunidade. Também entende a **participação popular** como um instrumento de consolidação de uma instituição de ensino **aberta, inclusiva, democrática e diversa**.

Além disso, este plano pauta-se no **protagonismo** estudantil por meio de experiências e processos que lhe garantam as aprendizagens necessárias para entrar em contato com o **mundo do trabalho** e suas demandas (BRASIL, 2017). Para tanto, deve-se refletir sobre os diversos arranjos sociais existentes, ancorando-se no princípio pedagógico da **dialogicidade**, relacionado ao acesso inclusivo, que reconhece e valoriza os saberes construídos no decorrer da trajetória de vida, oportunizando, para o IFF, dialogar com as diferentes realidades e, a partir disso, estabelecer relações entre os saberes da experiência produzidos pelos estudantes e servidores, desde seus territórios e suas condições de existência e o conhecimento científico e tecnológico produzido pela sociedade, com o objetivo de ampliar a leitura de mundo desses indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, bem como estimular e promover a **pesquisa aplicada**, a **inovação tecnológica** e o **empreendedorismo**.

Isso se alinha aos esforços na direção da garantia de uma **educação pública e de qualidade**, e na construção de **currículos e itinerários formativos relevantes** a um cenário socioeconômico em constante mudança, e alinhados às demandas do **mundo do trabalho**.

Estabelecer amplo diálogo dentro da instituição e com associações de bairro, entidades, ONGs, organismos de governos municipais, estaduais e federal, para conhecer a realidade do território e propor ações pedagógicas mais articuladas com essa realidade é, ainda, um dos aspectos que orientam a **gestão democrática**, compreendendo a democracia efetivada na prática. Junto a isso, corrobora-se a ideia de escola cuja espinha dorsal é uma sociedade plural. E, nesse sentido, propomos pensar as problemáticas do público escolar pelo prisma da **interseccionalidade** (CRENSHAW, 2002), que permite investigar as diferentes formas que o racismo, o patriarcalismo, a opressão de

classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições sociais, desde os marcadores de raça, de etnia, de classe social, de orientação sexual, entre outros.

No âmbito educacional, essas reflexões colocam a exigência de se reconhecer que as intercessões e interconexões entre gênero, raça, etnia, classe social, identidade de gênero e orientação sexual produzem desigualdades. Por isso, a necessidade de se incorporar nas práticas pedagógicas institucionais uma educação livre de preconceito e discriminação. E, no mesmo gesto, valorizar a contribuição histórica africana e dos povos indígenas na formação econômica, social e cultural do Brasil, em atendimento à Lei 10.639/2003.

Devemos levar em conta, ainda, que a pandemia escancarou desigualdades e nos mostra que os desafios a serem enfrentados na educação, que já são inúmeros, aumentaram nestes tempos e irão se impor cada vez mais na busca por alcançar a qualidade do ensino e da aprendizagem para todos. A instituição deve, uma vez mais, assumir seu papel de protagonista no processo de construção e desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável. Vale sublinhar que uma **escola sustentável** concentra um planejamento ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso. Frigotto (2007) reitera que "A questão não é apenas desenvolver de forma sustentável, mas qual o sentido e a quem servem este desenvolvimento e esta sustentabilidade" (p. 1143).

Pensar de forma sustentável é evidenciar um processo de transformação, cuja inspiração ecológica interliga-se ao desenvolvimento social e institucional. Para além dos sentidos relacionados ao ambiente e ao comportamento, devemos pensar a escola sustentável em termos operacionais e consistentes, a partir de uma abordagem integrada social, conforme prevê o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, elaborada para ser desenvolvida por uma década.

Por fim, o mesmo Plano estabelece como desafio a "promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País", bem como a "promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos" (BRASIL, 2014). Este plano de gestão também aponta para tais metas, construindo laços mais fortalecidos com seu território e propondo potencializar ensino, pesquisa, extensão, no compromisso com o desenvolvimento, a inovação e o empreendedorismo.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

1. GESTÃO DIALÓGICA, DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

- Fortalecer os processos de avaliações institucionais e de cursos, bem como da publicização dos resultados e da construção e execução do plano de ações anuais, com participação da comunidade interna e externa;
- Melhorar as condições de trabalho das comissões permanentes e temporárias (CPPD, CPPTAE, CPA, Comissão Disciplinar, Núcleo de Sustentabilidade, entre outras), buscando espaço adequado para o desenvolvimento do trabalho;
- Ampliar a quantidade de representantes do Conselho de *Campus*, e fortalecer sua atuação no *campus*;
- Fortalecer o diálogo com o Grêmio Estudantil, garantindo sua autonomia e sua livre organização e expressão – como prevê a Lei 7.398/1985 – e com os Centros Acadêmicos – conforme prevê a Lei 7.395/1985 – por meio de espaços equipados para convivência e uso de suas atividades, sem que qualquer instância institucional interfira em suas ações;
- Fortalecer o diálogo com representações dos TAEs e docentes, a fim de estabelecer políticas e práticas acadêmicas e administrativas, coletivamente;
- Restabelecer os conselhos participativos nas turmas, com uma nova dinâmica de interação entre a gestão e os estudantes, fortalecendo a representatividade dos líderes de turma;
- Apoiar e fortalecer núcleos institucionais do *campus* (NAPNE, NEABI, NUGEDIS, NAC, NEA, Centro de Memória, Núcleo de Sustentabilidade) e, quando necessário, criar núcleos, como forma de contribuir para o aperfeiçoamento do processo educativo e das políticas do IFF;
- Implementar o Programa de Acesso, Permanência e Êxito, na promoção e monitoramento de ações que visem a melhoria da aprendizagem e a diminuição da evasão escolar, como ação multiprofissional entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência estudantil;
- Combater todas as formas de assédio, discriminação e preconceito, propondo políticas de prevenção e conscientização;
- Incentivar a participação feminina na educação profissional e tecnológica, fortalecendo a permanência e o êxito de alunas e sua atuação em projetos científicos, programas e bolsas específicos;

- Fortalecer o papel das equipes de assessoria pedagógica, assistência estudantil e ações inclusivas em atividades integradas à gestão do ensino, com formação continuada, entre outras atividades;
- Fortalecer o papel da Assessoria de Comunicação do *campus*, publicizando as ações administrativas, de ensino, pesquisa e extensão (redes sociais oficiais, página institucional, informativo de rádio);
- Fortalecer a presença da família no ambiente escolar, através de ações do dia da família, homenagem aos pais e mães, reuniões de pais, entre outras;
- Apoiar as comissões de implantação de novos cursos, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como estudo de cursos presenciais e na modalidade Educação a Distância.

2. GESTÃO TRANSPARENTE ORIENTADA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SUSTENTABILIDADE

- Propor a elaboração do Plano Orçamentário Anual, junto aos representantes dos docentes, técnico-administrativos e discentes;
- Elaborar, publicizar e executar planejamento estratégico com base nos resultados de avaliações internas, nos indicadores institucionais e nacionais; nos impactos da legislação, tecnologia e sustentabilidade;
- Desenvolver, publicizar, executar e acompanhar os planos de ações anuais, visando alcançar as metas estabelecidas pelos diversos setores do *campus*;
- Desenvolver e promover uma gestão orientada a informações e indicadores quantitativos e qualitativos;
- Reunir esforços junto à Reitoria, ou por meio de outras fontes, na busca de recursos financeiros para melhoria da infraestrutura do *campus*, para projetos relativos à segurança, espaços de convivência, prática esportiva, espaços verdes, entre outros;
- Reestruturar, modernizar e realizar manutenção dos espaços pedagógicos, administrativos e dos laboratórios, visando o melhoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da sustentabilidade econômica e ambiental;
- Ampliar e melhorar o acesso à rede de internet no *campus*, especialmente na biblioteca, nas salas de aula, nos laboratórios e nas moradias estudantis;

- Ampliar e melhorar os espaços voltados para a área cultural e de memória, incluindo seus materiais, mobiliários e equipamentos, seguindo as estratégias do Plano de Cultura do IFF, na associação entre Arte, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia;
- Elaborar o Regimento Interno do *campus*, bem como demais documentos orientadores dos processos internos;
- Revisitar e reformular o Projeto Político Pedagógico (PPP) do *campus* (vigente desde 2006); a Regulamentação Disciplinar Discente (vigente desde 2015), propondo adequações conforme a realidade;
- Revisar o Regimento de Moradia Estudantil, compreendendo suas especificidades e importância para toda a comunidade escolar;
- Ampliar e renovar o acervo bibliográfico para os cursos ofertados nos eixos tecnológicos e complementar com exemplares físicos na ausência de títulos no acervo virtual; entre outros;
- Realizar estudo da estrutura física do *campus* para verificação das necessidades de adequações relacionadas às questões de Acessibilidade.

3. FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

- Buscar junto à Reitoria, o fortalecimento do Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense, aplicado ao *campus*;
- Fortalecer as ações promovidas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e buscar ampliar o uso de novas tecnologias e metodologias;
- Propor, discutir, desenvolver e implementar ações juntamente ao NAPNE, na direção da participação das pessoas com necessidades específicas em atividades de pesquisa e/ou extensão;
- Garantir as atividades e ações relativas à assistência à saúde física e mental dos estudantes;
- Melhorar, com apoio da produção interna, a oferta de refeições, buscando um cardápio equilibrado, variado e de qualidade e estudar a viabilidade do fornecimento do café da manhã para todos os estudantes;
- Ampliar a moradia estudantil feminina e melhorar as condições de bem-estar nas moradias masculina e feminina;

- Promover, junto ao NUGEDIS, maior acolhimento às pessoas LGBTQIAPN+ e, junto ao NEABI, maior acolhimento à comunidade negra e indígena, bem como de pessoas provenientes de todos os povos originários;
- Planejar, desenvolver, implementar e apoiar atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer para estudantes;
- Fomentar o acolhimento de todos os estudantes após o recesso escolar, articulando ações com as representações estudantis, como Grêmios Estudantis, Atlética e Centros Acadêmicos.

4. POTENCIALIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO, PROFISSIONAL E SUPERIOR

- Ampliar a oferta de cursos e vagas, conforme previsto no Plano Diretor Institucional (PDI - 2023.2 - 2028.1);
- Ampliar o quadro de servidores, conforme previsto no Plano Diretor Institucional (PDI - 2023.2 - 2028.1);
- Realizar o levantamento das dificuldades de aprendizagem dos estudantes, a fim de fortalecer/desenvolver estratégias (nivelamento, monitoria, tutoria e outros), com as coordenações de cursos e docentes, de recuperação de conhecimento por parte do discente, em articulação com a assistência estudantil, se necessário;
- Articular, junto à Reitoria, a contratação de profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), cuja atuação não se restringe apenas junto ao NAPNE, mas também junto aos docentes;
- Elaborar, discutir, implementar e acompanhar o Projeto Político Pedagógico (PPP) do *campus*, levando em consideração as questões relativas ao território e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Fortalecer o assessoramento pedagógico aos NDEs (Núcleos Docentes Estruturantes) e nos Colegiados de Cursos, quanto ao desenvolvimento, aprimoramento e implementação de PPCs (Projetos Pedagógicos de Cursos), no planejamento estratégico, desenvolvimento e implementação de ações e avaliação das ofertas de cursos do campus;
- Apoiar, desenvolver, implementar, acompanhar e avaliar projetos que visem o aprimoramento do ensino;
- Estimular articulação com a pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo nas atividades de ensino;
- Apoiar o planejamento e execução das atividades de curricularização da extensão;

- Ampliar o campo das linguagens, a fim de que as artes possam se desdobrar em oficinas e projeto de música, teatro, dança, desenho, pintura etc., em conexão com as ações de resgate da memória do/no *campus*;
- Criar a Coordenação de Educação do Campo, como forma de inclusão da população camponesa;
- Promover encontros e ações com os egressos, visando a sua valorização e mantendo-os próximos à instituição, como incentivo aos demais estudantes, por meio das suas experiências e inserções socioprodutivas;
- Planejar e promover ações para conscientização e promoção da sustentabilidade, tanto econômica, quanto ambiental do *campus*, como propor a inclusão da cultura da sustentabilidade nos planos de ensino, a fim de que escola sustentável se estabeleça em termos operacionais e consistentes, a partir de uma abordagem integrada social;
- Realizar formação dos docentes quanto ao combate ao racismo, homofobia e qualquer tipo de preconceito, bem como incluir esses temas e correlativos no currículo;
- Estimular, auxiliar e acompanhar a construção das ações e dos projetos interdisciplinares para o desenvolvimento de temas como: educação para as relações étnico-raciais, de gênero e geracionais; educação ambiental, inclusão, direitos humanos e sustentabilidade;
- Fomentar capacitações e ações para promoção da integração entre técnicos e docentes no planejamento, desenvolvimento e avaliação da área de ensino;
- Tornar contínuo o processo de capacitação de docentes e técnicos administrativos para o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, metodologias ativas e inovadoras, ensino híbrido, educação à distância, ensino remoto e educação inclusiva, em sala de aula;
- Apoiar os trabalhos desenvolvidos pelo NAPNE, fortalecendo trabalhos colaborativos e parcerias com o ensino;
- Propor mecanismos de reflexão sobre o tempo e o espaço no ambiente escolar, para que os momentos no território educacional sejam mais bem aproveitados;
- Fortalecer o assessoramento aos coordenadores de cursos, quanto às implementações das legislações relativas às políticas institucionais e nacionais de educação, em consonância com a regulamentação didático-pedagógica (RDP) do IFFluminense;
- Estimular e apoiar ações que favoreçam a integração entre componentes curriculares e/ou cursos, potencializando a integração interdisciplinar, de forma inter, trans e multidisciplinar, assim como a verticalização;

- Estimular a criação de cursos de formação continuada para professores da rede pública, conforme viabilidade operacional e em articulação com as secretarias de educação local e dos municípios próximos a Bom Jesus do Itabapoana;
- Estimular a criação de cursos de pós-graduação de aperfeiçoamento, conforme estudo de viabilidade operacional, a fim de atender as demandas socioeconômicas local e regionais;
- Desenvolver o estudo de viabilidade operacional, visando a implementação do CELIFF (Centro de Línguas do IFF).

5. POTENCIALIZAÇÃO DA INSERÇÃO NO TERRITÓRIO E NO MUNDO DO TRABALHO

- Atuar junto às organizações associadas aos patrimônios culturais, naturais e mistos da região, por meio de ações que assegurem a preservação e a valorização dos aparelhos patrimoniais, bem como os acervos históricos e documentais, públicos e privados, transformando-os em espaços de memória, de apropriação cultural, de ensino e de pesquisa;
- Fortalecer a participação do *campus* junto aos Conselhos Municipais, qualificando o papel na contribuição para fomento do desenvolvimento local;
- Apoiar as ações de divulgação do *campus* em atividades junto às comunidades locais e regionais, bem como a construção de vínculos sociais com outras organizações;
- Potencializar as infraestruturas humanas e materiais para que as atividades de extensão possam servir como eixo de integração entre a pesquisa e o ensino, com o território de abrangência do *campus*, construindo ferramentas teórico-metodológicas para compreensão institucional dos contextos histórico-sociais destes territórios, para fomentar os arranjos produtivos, culturais e sociais locais;
- Fortalecer as políticas de ações de extensão, nas comunidades locais e regionais, de forma a atender as demandas de formação continuada nas áreas de conhecimento, bem como incluir as pessoas no ambiente dos espaços pedagógicos do *campus*;
- Ampliar e fortalecer as políticas educativas de Educação do Campo na instituição, tanto pela manutenção de programas e projetos, como o Pronera e o Escola da Terra, quanto por ações próprias no âmbito da extensão e da pesquisa;

- Firmar o compromisso pela adesão da escola ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) com a aquisição direta de produtos da agricultura familiar;
- Articular o conhecimento ao mundo do trabalho, com foco nos sujeitos da produção de valores e riquezas, e valorizar a memória histórico-artístico-cultural da região;
- Buscar, estabelecer e consolidar, parcerias, acordos de cooperação técnica e convênios para fortalecimento das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, e ampliação dos campos de estágio e emprego;
- Desenvolver, implementar e avaliar mecanismos para o acompanhamento dos estagiários e egressos, a fim de levantar as demandas dos profissionais em formação e também dos formandos, assim como as demandas do setor produtivo;
- Fortalecer o cooperativismo escolar, por meio da implementação de uma Cooperativa-Escola;
- Apoiar, ampliar e fortalecer o Movimento Empresa Júnior;
- Avançar da direção da implementação e aperfeiçoamento do Programa Jovem Aprendiz.

6. POTENCIALIZAÇÃO DA PESQUISA, INOVAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

- Realizar diagnóstico acerca da pesquisa, inovação, internacionalização e empreendedorismo;
- Desenvolver, implementar e avaliar estratégias de captação de demandas de pesquisa oriundas da comunidade externa, por meio de editais, a fim de não somente fortalecer o vínculo com essas comunidades, mas também auxiliar no desenvolvimento do território;
- Desenvolver, implementar e analisar campanhas de captação de recursos para projetos, bem como buscar fontes de financiamento interno e externo, a fim de ampliar o fomento ao desenvolvimento da pesquisa, e às iniciações científica e tecnológica;
- Estimular a criação de novos grupos de estudos e/ou pesquisa compostos por docentes e técnicos administrativos;
- Mapear setores ou áreas-chave que podem beneficiar estruturas de inovação;
- Promover cursos e workshops sobre metodologias de pesquisa para estudantes e docentes, e sobre tecnologias emergentes;
- Alinhar-se com clusters tecnológicos, parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras e o Polo de Inovação para a colaboração de projetos inovadores;

- Fortalecer o Laboratório de Engenharia Pedagógica com recursos tecnológicos;
- Desenvolver parcerias com escolas primárias e secundárias para apoiar o desenvolvimento de projetos de inovação nesses ambientes;
- Promover permanentemente oficinas para criação de novos negócios, captação de recursos e gestão de negócios para os estudantes, docentes e técnicos administrativos;
- Promover hackatons e maratonas de inovação;
- Desenvolver, implementar e avaliar um programa de mentores, composto por empreendedores experientes, docentes, técnicos administrativos e estudantes, para orientar estudantes em suas jornadas empreendedoras;
- Ampliar e fortalecer o diálogo com instituições por meio da mobilidade de estudantes e servidores, bem como programas de dupla diplomação e desenvolvimento de projetos conjuntos.

7. VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS NO AMBIENTE DE TRABALHO

- Fortalecer a promoção da qualidade de vida no trabalho, enfocando senso de equidade e empatia, aliados aos valores institucionais de ética, solidariedade, comprometimento e respeito;
- Apoiar ações de promoção da saúde e bem-estar, valorizando o desenvolvimento das relações humanas, como círculos de cuidados com as pessoas, atividades terapêuticas, entre outros;
- Fortalecer e aprimorar as políticas de desenvolvimento e valorização dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação, como formação continuada, cursos de capacitação e atualização;
- Apoiar o Programa de Gestão e Desempenho na modalidade presencial e teletrabalho;
- Proporcionar encontros produtivos entre servidores, estabelecendo canais de comunicação regulares para que as pessoas possam se expressar e sugerir mudanças;
- Garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, melhorando sua infraestrutura e proporcionando mais conforto;
- Promover a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, valorizando a contribuição de servidores de diferentes origens e perspectivas;
- Fortalecer políticas e práticas que combatam a discriminação e o assédio no ambiente de trabalho, seja presencial, seja virtualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS EM CONSTRUÇÃO

Em coerência com os princípios que orientaram todo este documento, não propomos considerações finais ou conclusões por compreendermos a necessidade de construção coletiva desses planos. Uma primeira consulta a servidores e estudantes foi realizada e delineada nos tópicos acima, mas devemos levar em conta que a gestão é um processo que deve ter escuta.

Buscamos uma escola comprometida em formar jovens que articulem ciência, cultura e trabalho e lhes dê possibilidade de serem cidadãos autônomos, pela qual perpassam a preservação e a memória; a gestão cultural; o fomento à cultura e à diversidade; o desenvolvimento; a cidadania cultural; o protagonismo juvenil; a liberdade de expressão e a valorização das atividades artísticas e culturais.

Os princípios e os objetivos descritos neste plano de gestão estão em fase de construção. Contamos, pois, com a participação coletiva, plural e diversa, para que este plano seja feito com base numa gestão democrática e transparente, devendo ser cumprido com efetividade, esforço institucional e participação de toda comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. Lei no. 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. [2000]. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188. 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 39 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, vol. 28, núm. 100, outubro de 2007, pp. 1129-1152, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, Brasil.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Bom Jesus do Itabapoana**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/bom-jesus-do-itabapoana>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/>>. Acesso em: 23 out. 2023

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPed, Caxambu, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Minuta do Plano Municipal de Educação de Bom Jesus do Itabapoana-RJ 2015/2025**. Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, Secretaria Municipal de Educação.